



Colégio
00001

Sala
0001

Ordem
0001

Dezembro/2015

DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE RORAIMA

Concurso Público para provimento de cargos de Assistente Social

Nome do Candidato
Caderno de Prova 'D04', Tipo 001

Nº de Inscrição
MODELO

Nº do Caderno
TIPO-001

Nº do Documento
0000000000000000

ASSINATURA DO CANDIDATO

PROVA

Conhecimentos Básicos
Conhecimentos Específicos
Discursiva-Redação

INSTRUÇÕES

Quando autorizado pelo fiscal de sala, transcreva a frase ao lado, com sua caligrafia usual, no espaço apropriado na Folha de Respostas.

Investir em aprender pagará dividendos por toda a vida pessoal.

INSTRUÇÕES

- Verifique se este caderno:
 - corresponde a sua opção de cargo.
 - contém 60 questões, numeradas de 1 a 60.
 - contém a proposta e o espaço para o rascunho da Prova Discursiva-Redação.Caso contrário, reclame ao fiscal da sala um outro caderno. Não serão aceitas reclamações posteriores.
- Para cada questão existe apenas UMA resposta certa.
- Leia cuidadosamente cada uma das questões e escolha a resposta certa.
- Essa resposta deve ser marcada na FOLHA DE RESPOSTAS que você recebeu.

VOCÊ DEVE

- Procurar, na FOLHA DE RESPOSTAS, o número da questão que você está respondendo.
- Verificar no caderno de prova qual a letra (A,B,C,D,E) da resposta que você escolheu.
- Marcar essa letra na FOLHA DE RESPOSTAS, conforme o exemplo: (A) (B) (C) (D) (E)
- Ler o que se pede na Prova Discursiva-Redação e utilizar, se necessário, o espaço para rascunho.

ATENÇÃO

- Marque as respostas com caneta esferográfica de material transparente de tinta preta ou azul. Não será permitido o uso de lápis, lapiseira, marca-texto, borracha ou líquido corretor de texto durante a realização da prova.
- Marque apenas uma letra para cada questão, mais de uma letra assinalada implicará anulação dessa questão.
- Responda a todas as questões.
- Não será permitida qualquer espécie de consulta.
- Em hipótese alguma o rascunho da Prova Discursiva-Redação será corrigido.
- Você deverá transcrever sua Prova Discursiva-Redação, a tinta, na folha apropriada.
- A duração da prova é de 4 horas e 30 minutos, para responder a todas as questões objetivas, preencher a Folha de Respostas e fazer a Prova Discursiva-Redação (rascunho e transcrição).
- Ao término da prova, chame o fiscal da sala e devolva todo o material recebido.
- Proibida a divulgação ou impressão parcial ou total da presente prova. Direitos Reservados.



Fundação Carlos Chagas



CONHECIMENTOS BÁSICOS

Língua Portuguesa

Atenção: Para responder às questões de números 1 a 8, considere o texto abaixo.

A morte e a morte do poeta

Ao ler o seu necrológico no jornal outro dia, o pianista Marcos Resende primeiro tratou de verificar que estava vivo, bem vivo. Em seguida gravou uma mensagem na sua secretária eletrônica: “Hoje é 27 e eu não morri. Não posso atender porque estou na outra linha dando a mesma explicação”. Quando li esta nota, me lembrei de como tudo neste mundo caminha cada vez mais depressa. Em 1862, cheguei aqui a notícia da morte de Gonçalves Dias.

O poeta estava a bordo do *Grand Condé* havia cinquenta e cinco dias. O brigue chegou a Marselha com um morto a bordo. À falta de lazareto, o navio estava obrigado à caceteação da quarentena. Gonçalves Dias tinha ido se tratar na Europa e logo se concluiu que era ele o morto. A notícia chegou ao Instituto Histórico durante uma sessão presidida por d. Pedro II. Suspensa a sessão, começaram as homenagens ao que era tido e havido como o maior poeta do Brasil.

Suspeitar que podia ser mentira? Impossível. O imperador, em pleno Instituto Histórico, só podia ser verdade. Ofícios fúnebres solenes foram celebrados na Corte e na província. Vinte e cinco nêias saíram publicadas de estalo. Joaquim Serra, Juvenal Galeno e Bernardo Guimarães debulharam lágrimas de esguicho, quentes e sinceras. O grande poeta! O grande amigo! Que trágica perda! As comunicações se arrastavam a passo de cágado. Mal se começava a aliviar o luto fechado, dois meses depois chegou o desmentido: morreu, uma vírgula! Vivinho da Silva.

A carta vinha escrita pela mão do próprio poeta: “É mentira! Não morri, nem morro, nem hei de morrer nunca mais!” Entre exclamações, citou Horácio: “Não morrerei de todo.” Todavia, morreu, claro. E morreu num naufrágio, vejam a coincidência. Em 1864, trancado na sua cabine do *Ville de Boulogne*, à vista da costa do Maranhão. Seu corpo não foi encontrado. Terá sido devorado pelos tubarões. Mas o poeta, este de fato não morreu.

[...]

(Adaptado de: RESENDE, Otto Lara. **Bom dia para nascer**. São Paulo: Cia das Letras, 2011, p.107-8)

1. No texto, o autor contrapõe fundamentalmente
 - (A) as boas condições do porto de Marselha, em território francês, às péssimas condições do porto brasileiro localizado no Maranhão, perto do qual o navio *Ville de Boulogne* acabou por naufragar.
 - (B) a demora com que a notícia da suposta morte de Gonçalves Dias, no século XIX, pôde ser contestada pelo poeta à rapidez com que o pianista Marcos Resende, contemporâneo do cronista, pôde contestar a própria morte.
 - (C) a comoção com que foi recebida a notícia da suposta morte do poeta Gonçalves Dias à indiferença com que se recebeu a notícia da morte do pianista Marcos Resende, buscando-se esclarecê-la com um simples telefonema.
 - (D) a resistência do navio *Grand Condé*, onde Gonçalves Dias pôde permanecer em segurança por mais de cinquenta dias, à fragilidade do *Ville de Boulogne*, que levou pouco tempo para naufragar na costa do Maranhão.
 - (E) a banalização das notícias em seu próprio tempo, mesmo as mais trágicas, à solenidade com que eram dadas no século XIX, muitas vezes em sessões no Instituto Histórico, com a eventual presença do próprio Imperador.
2. De acordo com o texto, a falsa notícia da morte de Gonçalves Dias teria se originado de uma conjunção de acontecimentos que incluem:
 - (A) a morte de um passageiro no navio em que ele viajava, a impossibilidade dos passageiros do navio cumprirem o período de quarentena em terra e a motivação da viagem do poeta para a Europa.
 - (B) a inexistência de lazareto no *Grand Condé*, a motivação da viagem do poeta para a Europa e as falhas de comunicação entre o navio e o porto de Marselha.
 - (C) a impossibilidade dos passageiros do navio cumprirem o período de quarentena em terra, a presença do Imperador no Instituto Histórico e as homenagens feitas no Brasil ao grande poeta.
 - (D) a morte de um passageiro no navio em que ele viajava, a motivação da viagem do poeta para a Europa e as falhas de comunicação entre o navio e o porto de Marselha.
 - (E) a inexistência de lazareto no *Grand Condé*, a morte de um passageiro no navio e as homenagens feitas no Brasil ao grande poeta.
3. Considerando-se o contexto, o segmento cujo sentido está adequadamente expresso em outras palavras é:
 - (A) *Entre exclamações, citou* = Em meio aos brados, parodiou
 - (B) *Ofícios fúnebres* = Comunicações danosas
 - (C) *o seu necrológico no jornal* = a sua matéria fúnebre impressa
 - (D) *obrigado à caceteação* = compelido ao aborrecimento
 - (E) *aliviar o luto fechado* = compensar a grande tristeza



4. A frase do texto que permite transposição para a voz **passiva** é:
- (A) *Em seguida gravou uma mensagem na sua secretária eletrônica...*
- (B) *Mas o poeta, este de fato não morreu.*
- (C) *Em 1862, chegou aqui a notícia da morte de Gonçalves Dias.*
- (D) *O poeta estava a bordo do Grand Condé...*
- (E) *... de como tudo neste mundo caminha cada vez mais depressa.*
-
5. Joaquim Serra, Juvenal Galeno e Bernardo Guimarães debulharam lágrimas de esguicho, quentes e sinceras.
- O verbo transitivo empregado com o mesmo tipo de complemento com que foi empregado o verbo grifado acima está em:
- (A) *É mentira!*
- (B) *A notícia chegou ao Instituto Histórico durante uma sessão presidida por d. Pedro II.*
- (C) *... que estava vivo, bem vivo.*
- (D) *E morreu num naufrágio...*
- (E) *Entre exclamações, citou Horácio...*
-
6. À falta de lazareto, o navio estava obrigado à caceteação da quarentena. (2ª parágrafo)
- Mantendo-se o sentido e a coesão da frase, o segmento grifado acima pode ser corretamente substituído por:
- (A) De sorte que faltava o lazareto
- (B) Embora faltasse o lazareto
- (C) Uma vez que faltava o lazareto
- (D) À medida que faltasse o lazareto
- (E) Conquanto faltava o lazareto
-
7. *Suspensa a sessão, começaram as homenagens...*
- O segmento grifado exerce na frase acima a mesma função sintática que o segmento também grifado em:
- (A) *As comunicações se arrastavam a passo de cágado.*
- (B) *O brigue chegou a Marselha com um morto a bordo.*
- (C) *Ao ler o seu necrológio no jornal outro dia...*
- (D) *Terá sido devorado pelos tubarões.*
- (E) *... dois meses depois chegou o desmentido...*
-
8. A frase cuja REDAÇÃO está inteiramente clara e correta é:
- (A) Para quem acredita em destino e que o dia da morte está marcado, nada nem ninguém pode alterá-la ou prolongá-la, e nenhum remédio poderia ser proscrito para salvar aquele que já está condenado.
- (B) Não foi absolutamente efêmera há glória de Gonçalves Dias, mas ao contrário duradoura e imperecível, já que ainda hoje o autor da "Canção do exílio" é considerado um dos maiores poetas brasileiros de que conhecemos.
- (C) Outra extraordinária coincidência na biografia de Gonçalves Dias é a composição de um poema chamado "O mar", em cujos versos aquele que viria a morrer num naufrágio alude ao "oceano terrível" e à própria morte.
- (D) Senão tivesse morrido no naufrágio do *Ville de Boulogne*, é possível que Gonçalves Dias não sobreviveria muitos dias à seu desembarque, pois seu estado de saúde era de fato muito grave.
- (E) Ser dado por morto e estar bem vivo, numa experiência das mais inquietantes que o ser humano pode vir a conhecer, cuja é talvez ainda mais terrificante quando se depara de repente com a notícia da própria morte.



Atenção: Para responder às questões de números 9 a 15, considere o texto abaixo.

Já tive muitas capas e infinitos guarda-chuvas, mas acabei me cansando de tê-los e perdê-los; há anos vivo sem nenhum desses abrigos, e também, como toda gente, sem chapéu. Tenho apanhado muita chuva, dado muita corrida, me plantado debaixo de muita marquise, mas resistido.

Ontem, porém, choveu demais, e eu precisava ir a três pontos diferentes do bairro. Pedi ao moço de recados, quando veio apanhar a crônica para o jornal, que me comprasse um chapéu-de-chuva que não fosse vagabundo demais, mas também não muito caro. Ele me comprou um de pouco mais de trezentos cruzeiros.

Depois de cumprir meus afazeres voltei para casa, pendurei o guarda-chuva a um canto e me pus a contemplá-lo. Senti então uma certa simpatia por ele; meu velho rancor contra os guarda-chuvas cedeu a um estranho carinho, e eu mesmo fiquei curioso de saber qual a origem desse carinho.

Pensando bem, ele talvez derive do fato de ser o guarda-chuva o objeto do mundo moderno mais infenso a mudanças. Sou apenas um quarentão, e praticamente nenhum objeto de minha infância existe mais em sua forma primitiva.

O guarda-chuva tem resistido. Suas irmãs, as sombrinhas, já se entregaram aos piores desregramentos futuristas e tanto abusaram que até caíram de moda. Ele permaneceu austero, negro, com seu cabo e suas invariáveis varetas.

Reparem que é um dos engenhos mais curiosos que o homem já inventou; tem ao mesmo tempo algo de ridículo e algo de fúnebre, essa pequena barraca ambulante.

Já na minha infância era um objeto de ares antiquados, que parecia vindo de épocas remotas, e uma de suas características era ser muito usado em enterros. Por outro lado, esse grande acompanhador de defuntos sempre teve, apesar de seu feitio grave, o costume leviano de se perder, de sumir, de mudar de dono. Ele na verdade só é fiel a seus amigos cem por cento, que com ele saem todo dia, faça chuva ou sol, apesar dos motejos alheios; a estes, respeita. O freguês vulgar e ocasional, este o irrita, e ele se aproveita da primeira distração para sumir.

(Adaptado de: BRAGA, Rubem. Coisas antigas. In: **200 Crônicas escolhidas**. 13. ed. Rio de Janeiro: Record, 1998, p.217-9)

9. De acordo com o texto,

- (A) mesmo que possam ser condenáveis os abusos a que foi submetido o aspecto das sombrinhas, elas têm a grande vantagem de não serem esquecidas exatamente por conta da sua diversidade de cores e padrões.
- (B) se a todo momento se perde um guarda-chuva, a perda não precisa ser lamentada, já que guarda-chuvas podem sempre ser comprados por um preço relativamente acessível.
- (C) ainda que o guarda-chuva seja uma invenção bastante engenhosa, parece surpreendente que o homem não tenha conseguido até hoje inventar alguma coisa mais prática que pudesse substituí-lo na proteção contra a chuva.
- (D) a despeito da aversão que se possa ter em relação ao guarda-chuva, o seu conservadorismo chega a ser atraente sobretudo num mundo em que tudo acaba sofrendo constantes e vertiginosas transformações.
- (E) se é elogiável o fato do guarda-chuva ter permanecido praticamente o mesmo desde a sua invenção, a falta de variedade de seu aspecto é responsável pelas confusões que o levam a constantes trocas de dono.

10. Em diversos momentos o autor se vale do humor na composição do texto, como ocorre no segmento:

- I. *Pensando bem, ele talvez derive do fato de ser o guarda-chuva o objeto do mundo moderno mais infenso a mudanças.* (4º parágrafo)
- II. *Suas irmãs, as sombrinhas, já se entregaram aos piores desregramentos futuristas e tanto abusaram que até caíram de moda.* (5º parágrafo)
- III. *Reparem que é um dos engenhos mais curiosos que o homem já inventou; tem ao mesmo tempo algo de ridículo e algo de fúnebre...* (6º parágrafo)
- IV. *Por outro lado, esse grande acompanhador de defuntos sempre teve, apesar de seu feitio grave, o costume leviano de se perder, de sumir, de mudar de dono.* (último parágrafo)

Atende ao enunciado o que consta APENAS em

- (A) II e IV.
- (B) I, II e III.
- (C) II e III.
- (D) I, III e IV.
- (E) IV.

11. *Pensando bem, ele talvez derive do fato...*

O verbo empregado nos mesmos tempo e modo que o verbo grifado acima está em

- (A) ... um chapéu-de-chuva que não fosse vagabundo demais...
- (B) ... nenhum objeto de minha infância existe mais em sua forma primitiva.
- (C) Já na minha infância era um objeto de ares antiquados...
- (D) ... faça chuva ou sol, apesar dos motejos alheios...
- (E) O freguês vulgar e ocasional, este o irrita...



12. A substituição do elemento grifado pelo pronome correspondente, com os necessários ajustes, foi feita corretamente em:

- (A) *quando veio apanhar a crônica* = quando veio apanhar-lhe
- (B) *Depois de cumprir meus afazeres* = Depois de cumprir-nos
- (C) *Já tive muitas capas e infinitos guarda-chuvas* = Já lhes tive
- (D) *pendurei o guarda-chuva* = pendurei-no
- (E) *Pedi ao moço de recados* = Pedi-lhe

13. ... *meu velho rancor contra os guarda-chuvas cedeu a um estranho carinho...* (3º parágrafo)

Sem que seja feita qualquer outra alteração, a frase acima permanecerá correta caso o verbo sublinhado seja substituído pelo que consta em:

- (A) deu lugar
- (B) transformou-se
- (C) foi vencido
- (D) transigiu
- (E) trocou-se

14. Atente para as seguintes afirmações sobre a pontuação empregada no texto:

- I. Em frases como *choveu demais, e eu precisava...* (2º parágrafo) e *Sou apenas um quarentão, e praticamente nenhum objeto de minha infância existe mais...* (4º parágrafo), o emprego da vírgula está em desacordo com a norma culta.
- II. Em *Ele na verdade só é fiel a seus amigos cem por cento, que com ele saem todo dia...* (último parágrafo), a retirada da vírgula implica alteração do sentido da frase.
- III. Em *O freguês vulgar e ocasional, este o irrita* (último parágrafo), a retirada do pronome *este* implica que simultaneamente se retire a vírgula, pois do contrário haverá prejuízo para a correção.

Está correto o que se afirma APENAS em

- (A) II e III.
- (B) II.
- (C) I e III.
- (D) III.
- (E) I e II.

15. As normas de concordância verbal estão plenamente respeitadas na redação da seguinte frase:

- (A) Tantas mudanças sofreram nossa moeda ao longo do tempo que é difícil saber quanto representaria hoje os cerca de trezentos cruzeiros gastos pelo cronista na compra de um guarda-chuva.
- (B) Dos mais atentos aos mais distraídos, talvez não se encontre quem não tenha esquecido ao menos um guarda-chuva na vida, para não falar daqueles que já não têm ideia de quantos guarda-chuvas teriam perdido.
- (C) Muito mais do que nos anos em que Rubem Braga escrevia as suas crônicas tão saborosas, que coisas hoje não teria sofrido mudança significativa ao longo de um curto período de tempo?
- (D) Escrever sobre coisas aparentemente insignificantes e corriqueiras denotam um extraordinário talento que as pessoas comuns quase nunca tem.
- (E) Modelos mais avançados, coloridos e estampados como costumava ser a sombrinha no tempo de Rubem Braga, convive hoje com o tradicional guarda-chuva, preto e austero.

Matemática e Raciocínio Lógico-Matemático

16. Alberto, Bernardo e Carlos estão planejando ir a uma festa. Se Alberto for a festa, então Bernardo também irá. Se Bernardo não for a festa, então Carlos também não irá. De acordo com isso, é necessariamente correto afirmar que:

- (A) Se Carlos for a festa, então Bernardo também irá à festa.
- (B) Se Alberto for a festa, então Carlos também irá à festa.
- (C) Se Alberto não for a festa, então Bernardo também não irá à festa.
- (D) Se Alberto não for a festa, então Bernardo irá à festa.
- (E) Se Carlos for a festa, então Bernardo não irá à festa.



17. Se Daniela possui pelo menos três carros, então Elisa possui três carros. Se Elisa possui carro, então Fernanda possui cinco carros. Sabendo-se que Daniela possui cinco carros, foram feitas as seguintes afirmações:
- I. Elisa possui carro;
 - II. Fernanda possui carro;
 - III. Fernanda não possui carro.
- Das três afirmações feitas, são necessariamente corretas APENAS
- (A) I.
 - (B) II.
 - (C) III.
 - (D) I e II.
 - (E) I e III.
-
18. Um número natural é primo se é diferente de 1 e possui exatamente dois divisores, que são o 1 e o próprio número. Afirma-se que “se n é um número natural primo menor do que 12, então $n^2 + 2$ é natural primo”.
- O total de contraexemplos possíveis para a implicação da afirmação é igual a
- (A) 1.
 - (B) 2.
 - (C) 3.
 - (D) 4.
 - (E) 5.
-
19. João possui $\frac{3}{8}$ de participação no capital de uma empresa, e sua esposa Maria possui $\frac{1}{4}$. Em determinado momento, Maria vendeu para sua irmã $\frac{1}{6}$ da sua participação no capital da empresa e, em seguida, recebeu de João $\frac{2}{3}$ da participação dele no capital da empresa. Ao final dessas negociações, a participação de Maria no capital da empresa passou a ser um pouco
- (A) maior do que 45%.
 - (B) maior do que 48%.
 - (C) maior do que 87%.
 - (D) menor do que 42%.
 - (E) menor do que 38%.
-
20. Analisando a carteira de vacinação de 112 crianças, um posto de saúde verificou que 74 receberam a vacina A, 48 receberam a vacina B, e 25 não foram vacinadas. Do total das 112 crianças, receberam as duas vacinas (A e B) apenas
- (A) 32,75%.
 - (B) 28,75%.
 - (C) 31,25%.
 - (D) 34,25%.
 - (E) 29,75%.
-
21. Dentro de um envelope há um papel marcado com um número. Afirma-se sobre esse número que:
- I. o número é 1;
 - II. o número não é 2;
 - III. o número é 3;
 - IV. o número não é 4.
- Sabendo que três das afirmações são verdadeiras e uma é falsa, é necessariamente correto concluir que
- (A) I é verdadeira.
 - (B) II é falsa.
 - (C) II é verdadeira.
 - (D) III é verdadeira.
 - (E) IV é falsa.



22. Se mudarmos a posição dos parênteses da expressão $(-1)^4 \cdot 5 + 2 \cdot 3^3$ para $-1^4 \cdot (5 + 2) \cdot 3^3$ o resultado irá
- (A) diminuir em 130 unidades.
(B) diminuir em 248 unidades.
(C) diminuir em 378 unidades.
(D) aumentar em 130 unidades.
(E) permanecer inalterado.
-
23. Certa quantidade de ração é suficiente para alimentar 15 cachorros de um canil durante 8 dias. Considerando que o canil recebeu mais 5 cachorros, e que cada um consoma a mesma média diária de ração consumida pelos 15 demais cachorros, então, o total de ração que havia no canil seria suficiente para alimentar os 20 cachorros por, no máximo,
- (A) 4 dias e meio.
(B) 5 dias.
(C) 6 dias e meio.
(D) 5 dias e meio.
(E) 6 dias.
-
24. Cláudio é vendedor e ganha R\$ 800,00 fixos por mês, mais 10% de comissão sobre suas vendas mensais. O patrão de Cláudio pediu que ele escolhesse uma dentre as seguintes propostas de aumento salarial:
- Proposta 1. aumento do valor fixo para R\$ 900,00 por mês, sem alterar a porcentagem de comissão por vendas;
Proposta 2. aumento de 1 ponto percentual na comissão sobre vendas, sem alterar o valor fixo mensal.
- Para decidir o que seria mais vantajoso, Cláudio fez as contas corretamente e optou pela proposta 2, ao que se pode concluir que suas expectativas médias mensais de vendas
- (A) estão entre R\$ 5.000,00 e R\$ 9.000,00.
(B) são maiores do que R\$ 9.000,00 e menores do que R\$ 10.000,00.
(C) são inferiores a R\$ 5.000,00.
(D) superam R\$ 10.000,00.
(E) são iguais a R\$ 5.000,00.
-
25. Alzira e Thaís têm, juntas, R\$ 1.230,00. Alzira gastou $\frac{2}{5}$ do dinheiro total das duas juntas e Thaís gastou $\frac{5}{9}$ do que sobrou. Comparando o dinheiro que sobrou ao final dos gastos com o dinheiro que elas tinham juntas antes dos gastos, houve uma redução de
- (A) R\$ 902,00.
(B) R\$ 492,00.
(C) R\$ 410,00.
(D) R\$ 328,00.
(E) R\$ 738,00.

Conhecimentos Jurídicos e Institucionais

26. Considere:
- I. Receber intimação pessoal em qualquer processo e grau de jurisdição, contando-se-lhe em dobro os prazos.
II. Não ser preso, salvo em flagrante, caso em que a autoridade fará imediata comunicação ao Defensor Público-Geral.
III. Examinar, em qualquer repartição, autos de flagrante, inquérito e processos.
IV. Ser ouvido como testemunha, em qualquer processo ou procedimento, em dia, hora e local previamente ajustados com a autoridade competente.
- Nos termos da Lei Complementar nº 84/94, é prerrogativa dos membros da Defensoria Pública do Estado o que consta APENAS em
- (A) II e IV.
(B) I e II.
(C) III e IV.
(D) II e III.
(E) I, III e IV.



27. Considere:

- I. Não é conceito extensível aos estrangeiros residentes no país.
- II. A comprovação da condição de necessitado far-se-á mediante apresentação da declaração de imposto de renda.
- III. A Defensoria Pública do Estado manterá permanente atividade de apuração do estado de carência dos necessitados.

Nos termos da Lei Complementar nº 164/10, sobre os necessitados é correto o que consta em

- (A) III, apenas.
- (B) I, apenas.
- (C) I e II, apenas.
- (D) II e III, apenas.
- (E) I, II e III.

28. Considere:

- I. O mais antigo na carreira.
- II. O mais antigo na categoria.
- III. O mais idoso.
- IV. A melhor classificação no concurso.
- V. O maior tempo de serviço público.

No termos do Regimento Interno da Defensoria Pública do Estado de Roraima, caso haja empate na promoção por merecimento, dentro de cada categoria, os critérios de desempate devem ser examinados na seguinte ordem:

- (A) I, II, III, IV e V.
- (B) II, I, IV, V e III.
- (C) V, I, II, IV e III.
- (D) III, I, II, IV e V.
- (E) IV, V, III, II e I.

29. Funcionário de sociedade de economia mista responsável pelo abastecimento de água realizava obras em canalização de determinada via pública, quando, por imperícia, gerou vazamento, que causou inundação e danos materiais a morador da área.

Nesse caso, o Estado

- (A) tem responsabilidade objetiva, devendo indenizar o particular lesado, sem a possibilidade de exercer direito de regresso em face do funcionário.
- (B) não possui responsabilidade objetiva, vez que a sociedade de economia mista possui personalidade jurídica de direito privado.
- (C) possui responsabilidade objetiva, devendo indenizar o particular lesado, sem prejuízo de exercer direito de regresso em face do funcionário.
- (D) não possui responsabilidade objetiva, pois ausente o dolo na conduta do funcionário.
- (E) possui responsabilidade objetiva, devendo indenizar o particular lesado na medida e proporção da culpabilidade do funcionário.

30. As competências na Administração pública podem ser atribuídas para órgãos públicos e para entidades administrativas, por meio do que doutrinariamente se denomina, respectivamente, desconcentração e descentralização. Considerando a natureza jurídica dos órgãos e entidades,

- (A) as autarquias, as empresas públicas e as sociedades de economia mista são espécies de órgãos públicos, excluindo-se dessa categorização os consórcios públicos, em razão do princípio da especialidade.
- (B) os órgãos são partes integrantes da estrutura da Administração pública direta e da Administração pública indireta, possuindo personalidade jurídica própria e capacidade processual, ao contrário das entidades, que possuem personalidade jurídica própria, mas não possuem capacidade processual.
- (C) os órgãos são partes integrantes da estrutura da Administração pública direta e da Administração pública indireta, não possuindo personalidade jurídica própria, ao contrário das entidades, que possuem personalidade jurídica própria, distinta das pessoas que lhes deram vida.
- (D) por serem os órgãos despersonalizados, ao contrário das entidades, não mantêm relações institucionais entre si, tampouco com terceiros, em razão do princípio da capacidade específica.
- (E) as autarquias, as empresas públicas e as sociedades de economia mista são espécies de entidades, excluindo-se dessa categorização as fundações públicas, que são espécies de órgãos, com capacidade de autoadministração exercida com independência em relação ao poder central.

**CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS**

31. A política de assistência social tem, na atualidade, o estatuto de política pública garantidora de direitos. Esse novo estatuto pressupõe
- (A) reconhecer os direitos socioassistenciais ofertados a partir da predefinição dos conselhos locais de assistência social. No entanto, a nova configuração do Sistema Único de Assistência Social não inclui como direitos da assistência social os benefícios de transferência de renda, na medida em que esses são regulamentados por leis específicas.
 - (B) ampliar a garantia de acesso aos serviços governamentais e não governamentais, sendo que para a rede privada deve-se respeitar a antiga configuração e seus princípios, pois a égide pública não se aplica nestes casos.
 - (C) quebrar paradigmas que superem a antiga visão fragmentada e isolada ancorada na caridade. Atualmente, firma-se pelos direitos socioassistenciais e garante as seguranças sociais, ofertadas por meio de uma rede de serviços e concessão de benefícios.
 - (D) adotar novos paradigmas pautados na ética e nos valores da sociedade burguesa e liberal, que considera como recomendação central para a política de assistência social brasileira a promoção social em substituição à proteção, entendendo como fundamental que haja esforço individual de cada cidadão para a garantia de seus direitos.
 - (E) transitar para um novo patamar de oferta de serviços no campo exclusivamente público governamental, pois a antiga rede privada não seria capaz de se desvencilhar dos seus paradigmas firmados sob a égide da caridade e benemerência.
-
32. A inter-relação do Estado e das políticas sociais deve ser considerada um campo importante de análise. Nesta linha interpretativa, é necessário
- (A) compreender primeiramente o papel estruturante do Estado no desenho das políticas sociais, contudo o limite dessa linha interpretativa circunscreve-se no fato de que não há homogeneidade ideológica e essa variável impede a possível relação Estado/política social.
 - (B) tomar por base o papel do Estado como responsável pela oferta de serviços e benefícios protetivos, pois uma leitura que reconheça a perspectiva da participação do mercado e da sociedade negaria a centralidade das políticas sociais na esfera governamental.
 - (C) elucidar a natureza e o papel do Estado, considerando-o como instância na qual se encontram a complexidade de interesses societais, com rebatimento nas políticas públicas configuradas em cada conjuntura.
 - (D) adotar um Estado social, com base no modelo Keynesiano, pois só neste contexto é possível reconhecer a inter-relação do Estado com as políticas sociais.
 - (E) reconhecer que essa inter-relação não pode ser adotada como um campo analítico de compreensão da política social, pois na sociedade capitalista e burguesa jamais se poderão ofertar, de fato, políticas protetivas.
-
33. O assistente social, no exercício de sua função deve sempre considerar os novos marcos civilizatórios e, com eles, os avanços no campo dos direitos sociais. Desse modo, ao atender os cidadãos destinatários dos serviços, o profissional deve primar
- (A) pela adoção dos pressupostos éticos e políticos previstos na *Rerum Novarum*, pois ela expressa os avanços valorativos da sociedade moderna, além de permitir que haja livre expressão do campo ético dos cidadãos.
 - (B) pela ampliação de espaços de debates sobre pressupostos éticos e morais nas escolas, preferencialmente, pois são os espaços privilegiados de formação dos novos cidadãos; além disso, reconhecer o papel primordial da formação cristã e, com isso, superar a laicidade da formação.
 - (C) pela formação de nova mentalidade coletiva para o exercício da solidariedade, do respeito às diversidades e da tolerância. Como processo sistemático e multidimensional que orienta a formação do sujeito de direitos, seu objetivo é combater o preconceito, a discriminação e a violência, promovendo a adoção de novos valores, no entanto, a liberdade não deve compor o escopo dessa defesa, pois está diretamente vinculada às escolhas individuais.
 - (D) pela formação de nova mentalidade coletiva para o exercício da solidariedade, do respeito às diversidades e da tolerância. Como processo sistemático e multidimensional que orienta a formação do sujeito de direitos, seu objetivo é combater o preconceito, a discriminação e a violência, promovendo a adoção de novos valores de liberdade, justiça e igualdade.
 - (E) pela adoção da pluralidade no campo do debate dos direitos, no entanto, não cabe ao profissional de serviço social tratar desse tema no âmbito de seu atendimento, pois significaria infringir o código de ética profissional que estabelece a neutralidade e despolitização no trato com o usuário.



34. A Lei nº 12.435/2011, que institui o Sistema Único de Assistência Social, regulamenta, em seu artigo 24, o Serviço de Proteção e Atendimento Integral à Família – PAIF. Esse serviço
- (A) é essencial para o acompanhamento dos programas de transferência de renda e pode ser ofertado na rede de serviços socioassistencial governamental e não governamental, tendo como foco a prevenção, proteção e proatividade em relação à desproteção familiar.
 - (B) constitui um conjunto de ações de caráter socioeducativo, organizado por faixa etária (crianças de 0 a 14 anos e também idosos), cujas ofertas visam a reestabelecer laços familiares rompidos.
 - (C) investe em diferentes formas de expressão, na criação de espaço participativo que propicie aquisições compatíveis com a política pública de assistência social, desvincilhando-se, aos poucos, de suas características de reforço escolar ou de seu foco exclusivo em atividades esportivas.
 - (D) abrange uma modalidade de atendimento assistencial destinada a famílias e indivíduos que se encontram em situação de risco pessoal e social, por ocorrência de abandono, maus tratos físicos e, ou, psíquicos, abuso sexual, uso de substâncias psicoativas, cumprimento de medidas socioeducativas, situação de rua e situação de trabalho infantil, entre outras.
 - (E) integra a proteção social básica e consiste na oferta de ações e serviços socioassistenciais de prestação continuada, no CRAS, por meio do trabalho social com famílias em situação de vulnerabilidade social, com o objetivo de prevenir o rompimento dos vínculos familiares e a violência no âmbito de suas relações, garantindo o direito à convivência familiar e comunitária.
-
35. Foi apresentada ao assistente social da Defensoria Pública uma situação na qual havia dúvidas quanto à pertinência ou não em ofertar todas as informações a uma família envolvida no acolhimento de um adolescente. Com base no código de ética profissional, esse assistente social deve
- (A) orientar que todas as informações necessárias sejam colocadas à disposição, pois o código afirma: “garantir a plena informação e discussão sobre as possibilidades e consequências das situações apresentadas, respeitando democraticamente as decisões dos usuários, mesmo que sejam contrárias aos valores e às crenças individuais dos profissionais, resguardados os princípios deste Código”.
 - (B) negar-se a participar desse momento do atendimento, pois não foi por ele iniciado e, de acordo com o código de ética, configuraria interferência no encaminhamento do outro profissional, conforme disposto no capítulo referente ao que é explicitamente vedado ao assistente social.
 - (C) reconhecer o direito à informação, mas mencionar que isso seja realizado apenas por um profissional do direito, pois pelas regras da Defensoria Pública cabe ao advogado a prerrogativa de instruções legislativas e normativas, e prestar informação diretamente ao usuário significaria infringir as normativas referentes ao trabalho em equipe.
 - (D) não prestar as informações, pois o código de ética profissional afirma que: “é vedado ao assistente social devolver as informações colhidas nos estudos e pesquisas aos usuários, permitindo apenas seu uso em situações restritas a serem avaliadas pela equipe técnica”.
 - (E) solicitar ao usuário/família em atendimento que assine um termo de responsabilidade, comprometendo-se a guardar sigilo das informações e debatê-las apenas nos órgãos do Judiciário e Ministério Público, pois esses estão regidos por código de ética institucional.
-
36. Os direitos sociais necessitam ser compreendidos a partir de seu contexto histórico, econômico, político e social. Desse modo, na sociedade capitalista os direitos sociais devem ser analisados considerando
- (A) a impossibilidade de avançar nos direitos diante da desigualdade gerada no modelo capitalista de produção.
 - (B) o acesso aos direitos sociais restritos àqueles que estão abaixo do patamar de extrema pobreza, pois ao instituir direitos sociais, a sociedade burguesa capitalista, escolhe o modo seletivo de ofertar proteção social, deixando a classe trabalhadora desprotegida.
 - (C) as características próprias dos regimes socialistas, que se firmam na igualdade e na solidariedade social, portanto, o primeiro campo de análise deveria se pautar pela superação do capitalismo.
 - (D) seu reconhecimento legal, mas sua efetivação está envolta no contexto de desigualdade social, no entanto os direitos sociais expressam avanços no patamar civilizatório e são resultantes das lutas sociais.
 - (E) a existência de uniformidade mundial, pois respondem ao tratado internacional disposto na Assembleia Geral da ONU de 1945 e, portanto, independe das lutas sociais e movimentos de cada país.



37. Para Maria Carmelita Yazbek a análise do serviço social enquanto profissão necessita identificar:

- I. as tendências de análise derivadas das transformações sociais que vêm particularizando o desenvolvimento do capitalismo em nossa sociedade e que não se configuram como homogêneas, mas são permeadas por diversas clivagens, tensões e confrontos internos.
- II. a compreensão teórico/metodológica da realidade, fundada no acervo intelectual que se constituiu a partir das principais matrizes do pensamento social e de suas expressões nos diferentes campos do conhecimento humano, processo construído na interlocução com o próprio movimento da sociedade.
- III. as matizes históricas de fundamentação das ideias e conteúdos doutrinários do pensamento social da Igreja Católica, em seu processo de institucionalização como o aspecto mais fundante e essencial para a análise do serviço social brasileiro.

Está correto o que se afirma em

- (A) I e II apenas.
- (B) III apenas.
- (C) I e III apenas.
- (D) II e III apenas.
- (E) I, II e III.

38. Nos dias atuais há premência do assistente social se qualificar para a função de gestão de políticas e serviços sociais, cujo processo de planificação é um de seus importantes componentes. Desse modo, Joaquina Barata Teixeira define Projeto como

- (A) a menor unidade do processo de planejamento. Trata-se de um instrumento técnico-administrativo de execução de empreendimentos específicos, direcionados para as mais variadas atividades interventivas e de pesquisa nos espaços público e privado.
- (B) o documento que indica um conjunto de metodologias, cujos resultados permitem alcançar o objetivo maior de uma política pública.
- (C) o documento mais abrangente e geral, que contém estudos, análises situacionais ou diagnósticos, necessários à identificação dos pontos a serem atacados, dos programas, dos objetivos, estratégias e metas de um governo, de um Ministério, de uma Secretaria ou de uma Unidade.
- (D) uma parte que compõe o complexo do Planejamento, sendo a unidade mais ampla desse processo e a partir do qual se desenvolvem os planos e programas para detalhamento das propostas.
- (E) uma unidade correspondente especificamente ao processo de planejamento estratégico e só pode ser validado se e quando a autoridade responsável pela gestão reconhece sua veracidade e aplicabilidade.

39. Um assistente social recebeu uma solicitação para instruir um procedimento que tinha como tema a concessão do Benefício de Prestação Continuada, instituído pela Constituição Federal de 1988 e regulamentado pela Lei Orgânica da Assistência Social – LOAS, Lei nº 8.742/1993. Com base nos critérios de concessão, estão autorizados a receber esse benefício pessoas

- (A) idosas com mais de 60 anos, conforme indica o estatuto do idoso e pessoas com deficiência, cuja renda *per capita* seja de até 1/4 do salário mínimo.
- (B) com deficiência física e mental, de forma exclusiva, que não tenham como se sustentar e nem podem ser sustentadas por sua família.
- (C) com deficiência e idosos, com 65 (sessenta e cinco) anos ou mais, que comprovem não possuir meios de prover a própria manutenção nem de tê-la provida por sua família, cuja renda *per capita* seja de até 1/4 do salário mínimo.
- (D) idosas acima de 60 anos e pessoas com deficiência que estejam acamadas e sob os cuidados da família ou instituição de acolhimento.
- (E) idosas acima de 65 anos e pessoas com deficiência, cuja renda *per capita* seja de até 1/2 salário mínimo.

40. Um assistente social atendeu um adolescente com deficiência, cuja queixa era discriminação no ambiente educacional. Com base na Lei de inclusão nº 13.146/2015, considera-se discriminação

- (A) manifestação de desafeto à pessoa com deficiência, por expressar rebaixamento da condição de ser humano e, ainda, expressão de rejeição com base na condição hegemônica da maioria dos cidadãos.
- (B) toda forma de distinção, restrição ou exclusão, por ação ou omissão, que tenha o propósito ou o efeito de prejudicar, impedir ou anular o reconhecimento ou o exercício dos direitos e das liberdades fundamentais de pessoa com deficiência, incluindo a recusa de adaptações razoáveis e de fornecimento de tecnologias assistivas.
- (C) expressão ou palavras de desagravo que possam ser comprovadas por vídeos e gravação, indicando possível negligência; recusa do fornecimento das condições de acessibilidade e tecnologias assistivas, adaptadas a cada tipo de deficiência tanto mental como física.
- (D) todo tipo de omissão ou atitude relacionadas ao impedimento de acessibilidade e prejuízo da pessoa com deficiência e por deficiência reconhece-se todo o tipo de incapacidade descrita na convenção internacional da pessoa com deficiência.
- (E) toda a forma de distinção que resulte na subalternização da pessoa com deficiência e que incida na dificuldade de acesso a todos os tipos de serviços, bem como o cerceamento das liberdades individuais.



41. O processo de avaliação e monitoramento das políticas sociais vem ganhando envergadura e novos contornos de modo a qualificar a gestão dessas políticas. Para tanto, são adotados indicadores sociais, que podem ser entendidos como
- (A) uma medida que permite conhecer empiricamente determinado aspecto da realidade social, considerando seus processos de mudanças.
 - (B) um dado exclusivamente quantitativo que consegue transformar em números o fenômeno social, econômico e político de uma dada realidade.
 - (C) leitura funcionalista da realidade social, pois sua aplicabilidade só é aceita se quantificar a natureza, o desenvolvimento e as mudanças de um fenômeno.
 - (D) um dado exclusivamente abstrato que pode ser usado como recurso metodológico tanto no campo teórico, como numa perspectiva pragmática.
 - (E) descrições desprovidas de dados quantitativos, pois quando se trata da realidade social toda a avaliação deve considerar os conceitos e valores advindos das ciências sociais.
42. A atual lei de regulamentação da profissão define as atribuições privativas para o assistente social. No que tange às que se relacionam com a gestão de políticas sociais e serviços sociais destacam-se:
- I. coordenar, elaborar, executar, supervisionar e avaliar estudos, pesquisas, planos, programas e projetos na área de Serviço Social.
 - II. planejar, organizar e administrar programas e projetos em unidade de Serviço Social.
 - III. dirigir serviços técnicos de Serviço Social em entidades públicas ou privadas.
- Está correto o que se afirma em:
- (A) I e II, apenas.
 - (B) III, apenas.
 - (C) I e III, apenas.
 - (D) II, apenas.
 - (E) I, II e III.
43. A política de saúde brasileira pauta-se por novos paradigmas a partir da Constituição Federal de 1988 e da promulgação da Lei Orgânica da Saúde (Lei nº 8.080/1990). Esses novos paradigmas entram em constante tensão numa dimensão técnica e política, segundo a qual
- (A) figura a necessidade de ampliação dos serviços e a insuficiência de recursos financeiros. Nesse campo, destaca-se a busca de superação da configuração desenhada apenas pelos interesses dos técnicos, para assumir uma dimensão política, estando estreitamente vinculada à democracia.
 - (B) os interesses econômicos da tecnificação e da setorização ganham força, trazendo à tona a competência médica firmada sob a máxima da especialização. O movimento sanitário fez essa defesa nas lutas dos anos 80 de forma contundente, por entender que é na capacitação técnica que se encontrava o caminho de aprimoramento da saúde pública brasileira.
 - (C) o debate sobre a privatização e a publicização da saúde. A tendência configurada na lei do SUS foi a integração dos dois setores, reconhecendo que não havia campo de tensionamento, mas sim de articulação. Com essa égide o Movimento Sanitário traz a bandeira da privatização da saúde nos mais variados campos.
 - (D) o maior campo de tensão encontrava-se na decisão entre universalizar o acesso ou qualificar serviços de ponta com alta tecnologia. A tendência posta para o SUS é a qualificação dos serviços em detrimento da universalização de acesso. Essa tensão define um campo político e econômico, dado o alto custo da oferta de serviços. No entanto, todos os movimentos sociais em torno da saúde que estavam em atividade à época construíram convergências e consensos sobre essa bandeira que, em última instância, abandona por hora a luta pela universalização de acesso.
 - (E) a tensão instala-se no campo da descentralização e democratização da política pública de saúde, pois o novo desenho previsto no SUS não responderia a esse pressuposto, ao contrário, constrói uma estrutura hierarquizada, burocrática e sem sustentação de participação social. Assim, o movimento sanitário perde a sua bandeira de luta, na medida em que o novo sistema não acolhe a proposta de descentralizar participativamente.
44. Nos dias atuais o enfoque familiar é apontado como uma direção das políticas sociais. Na política de assistência social, adota-se como funções básicas das famílias:
- (A) garantir as referências fortalecidas por laços consanguíneos, no qual se identifica o papel provedor da figura paterna e referências de formação e educação para a mãe.
 - (B) ampliar o universo informacional das crianças e adolescentes, além de privilegiar orientações da proteção tendo por base o modelo familiar de vínculos unicamente consanguíneos.
 - (C) prover o sustento material e espiritual, sobretudo nos primeiros anos de formação da criança; já na segunda infância estabelecer uma estreita relação com a escola para que esta respeite os valores morais e religiosos de cada família.
 - (D) prover a proteção e a socialização dos seus membros; constituir-se como referências morais, de vínculos afetivos e sociais; de identidade grupal, além de ser mediadora das relações dos seus membros com outras instituições sociais e com o Estado.
 - (E) garantir proteção a crianças e adolescentes até a maioridade penal. Ao se tratar de família ampliada, sua configuração aceita apenas a presença de primos em segundo grau.



45. São elementos constitutivos do processo de trabalho do Assistente Social:

- I. A análise dos fenômenos e das políticas sociais, e o estudo da dinâmica institucional.
- II. Os elementos teórico-metodológicos, ético-políticos e técnico-operativos do Serviço Social na formulação de projetos de intervenção profissional.
- III. As demandas postas ao Serviço Social nos espaços ocupacionais da profissão, nas esferas pública e privada e as respostas profissionais a estas demandas.

Está correto o que consta em

- (A) I e II, apenas.
- (B) III, apenas.
- (C) I e III, apenas.
- (D) II e III, apenas.
- (E) I, II e III.

46. O Estatuto da Criança e do Adolescente em seu art. 4º, preconiza que é dever da família, da comunidade, da sociedade em geral e do poder público assegurar, com absoluta prioridade, a efetivação dos direitos de crianças e adolescentes. A garantia dessa prioridade compreende

- (A) primazia de receber proteção e socorro para as situações que envolvem a saúde e educação, não abrangendo quaisquer outras circunstâncias.
- (B) precedência de atendimento nos serviços públicos e privados, sobretudo para a criança que se encontra na primeira infância.
- (C) preferência na formulação e na execução das políticas sociais públicas.
- (D) destinação privilegiada de recurso público aos Fundos da Criança e do Adolescente para a manutenção continuada de serviços das diferentes políticas setoriais.
- (E) preferência na formulação das políticas sociais públicas referentes à saúde, à alimentação, à educação e para a execução destas, prioriza-se o estabelecimento de parcerias com a sociedade em geral.

47. Em relação à assistência judiciária prevista na Lei nº 11.340/2006 (Lei Maria da Penha), é correto afirmar:

- (A) Constitui-se como direito da mulher em situação de violência doméstica estar acompanhada por um advogado exclusivamente nos atos processuais criminais, pois para os cíveis não há necessidade e garantia expressa na legislação.
- (B) Para todos os casos de violência doméstica e familiar contra a mulher, o registro da ocorrência para a autoridade policial deverá ser realizado mediante a presença do Defensor Público, sendo que o mesmo adotará, de imediato, os procedimentos cabíveis, sem prejuízo daqueles previstos no Código de Processo Penal.
- (C) As medidas protetivas de urgência devem ser concedidas e aplicadas pelo advogado que compõe a equipe multidisciplinar da Defensoria Pública, a requerimento do Ministério Público ou a pedido da ofendida.
- (D) Na aplicação de medidas protetivas de urgência concedidas pelo juiz, é obrigatório que a mulher em situação de violência doméstica e familiar seja acompanhada de advogado.
- (E) Em todos os atos processuais, cíveis e criminais, a mulher em situação de violência doméstica e familiar deverá estar acompanhada de advogado, ressalvado na situação de aplicação de medidas protetivas de urgência concedidas pelo juiz.

48. O Estatuto do Idoso estabelece linhas de ação da política de atendimento para esse segmento que podem ser compreendidas como:

- I. políticas e programas de assistência social, em caráter supletivo, para aqueles que necessitarem.
- II. serviços especiais de prevenção e atendimento às vítimas de negligência, maus-tratos, exploração, abuso, crueldade e opressão.
- III. serviço de identificação e localização de parentes ou responsáveis por idosos abandonados em hospitais e instituições de longa permanência.

Está correto o que consta em

- (A) I, apenas.
- (B) I, II e III.
- (C) III, apenas.
- (D) I e II, apenas.
- (E) II, apenas.



49. O Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal tem sido utilizado para que as famílias sejam incluídas em vários programas sociais. Sobre esse cadastro, é correto afirmar:
- (A) O critério utilizado para o cadastramento das famílias é a renda *per capita* de até 1/4 do salário-mínimo nacional ou renda familiar de até 3 salários-mínimos.
 - (B) A família, ao preencher o critério de renda estabelecido pelo Cadastro Único, automaticamente, já está dentro dos critérios de todos os Programas Sociais das três esferas de governo.
 - (C) Estão aptas a fazer o Cadastro Único, as famílias com renda *per capita* de até 1/2 salário-mínimo ou renda familiar de até 3 salários-mínimos ou que estejam inseridas em programas sociais de qualquer uma das esferas de governo.
 - (D) O Cadastro Único é destinado para as famílias que não possuem meios de comprovação de renda e que necessitam do relatório analítico extraído pelo mesmo para acessarem os Programas Sociais das três esferas de Governo.
 - (E) O Cadastro Único é feito uma única vez e não há tempo estabelecido para sua atualização, que é efetivada somente nas situações em que houver alteração na condição familiar relacionada à renda, trabalho, endereço e composição familiar.
-
50. No Brasil, foi estabelecida uma pensão especial, o benefício específico aos portadores da Síndrome da Talidomida nascidos a partir de 1º de março de 1958. A regulamentação para esse benefício preconiza:
- (A) Além da pensão mensal, o titular do benefício também poderá requerer a indenização por dano moral, paga em parcela única e requerida diretamente nas agências do Instituto Nacional do Seguro Social – INSS.
 - (B) Trata-se de uma pensão paga apenas em uma única parcela por ser de caráter indenizatório.
 - (C) Caso o requerente não possa comparecer à agência do Instituto Nacional do Seguro Social – INSS pessoalmente, poderá requerer o benefício com preenchimento da documentação pelo sistema eletrônico do Instituto, descartando dessa forma, o atendimento presencial.
 - (D) O titular do benefício, independentemente da idade, que necessite de assistência permanente de outra pessoa e que tenha recebido seis pontos, fará jus a um adicional de vinte e cinco por cento sobre o valor desse benefício.
 - (E) Caracteriza-se como uma pensão mensal, sujeita à reavaliação de dois em dois anos e pode ser transferida para terceiro em razão do falecimento do beneficiário.
-
51. Nos marcos da consolidação do capitalismo monopolista no Brasil e da constituição do Estado, enfrenta-se um cenário de
- (A) organização econômica, implicando o reordenamento do poder da burguesia, que distancia seus laços das grandes corporações e nações centrais, e os estreita com as nações periféricas articulando-se às estruturas sindicais e partidárias.
 - (B) superconcentração do poder estatal e o desenvolvimento de um processo acentuado de burocratização com a imposição da ideologia modernizadora no plano administrativo e a adoção de mecanismos repressivos na desarticulação dos instrumentos de defesa dos trabalhadores.
 - (C) reforço da diretriz da inclusão das massas populares e do proletariado nas estruturas de negociação e da estabilidade política para a dinamização da economia, tendo como base as grandes corporações do Estado, empresas privadas, sejam nacionais ou estrangeiras.
 - (D) instituição do Estado Democrático, que é fortalecido com a capacidade de desconcentrar a ação reguladora das relações sociais e de atribuir ao mercado a possibilidade de gerir a economia.
 - (E) privilégio do Estado em ações que tenham base no diálogo com os diferentes segmentos (empresários, servidores, proletariados) no plano social, e funções desenvolvimentistas nacionalistas, no plano político, administrativo e financeiro.
-
52. Para Sposati (2002), as políticas sociais no Brasil, no último quartil do século XX, apresentam como característica:
- (A) Reconhecimento dos direitos sociais e humanos, a partir da ideologia norte-americana e a prática da universalidade da cidadania.
 - (B) Princípio da alta rotatividade dos indivíduos nos programas sociais, deslocando-se para o indivíduo a responsabilidade em superar riscos sociais, não gerando garantias sociais, mas “vistos temporários” para o mundo da proteção social.
 - (C) Reconhecimento legal dos direitos sociais, a partir das lutas por melhores condições de trabalho, e dos direitos humanos desencadeados pelos movimentos sindicais.
 - (D) Reconhecimento dos direitos sociais que se fazem presentes na agenda pública, a partir de sua consolidação, e efetivação pelo Estado de forma permanente, forte e contínua.
 - (E) Alargamento do tempo de permanência nos programas sociais para proporcionar maior impacto na condição de vida dos cidadãos, adotando-se o princípio da inclusão na perspectiva indenizatória para aqueles que historicamente tiveram seus direitos negados.



53. Os conselhos gestores de políticas públicas, configurando-se em espaços de negociação e conflito, podem ser compreendidos como
- (A) substitutos da democracia representativa.
 - (B) braços auxiliares diretos do Poder Executivo.
 - (C) mecanismos substitutos da participação popular em geral, pois estes são dotados de respaldo legal para sua atuação.
 - (D) novas estruturas que se inserem na esfera pública e, por força de lei, integram-se aos órgãos públicos vinculados ao Poder Executivo.
 - (E) semelhantes aos fóruns civis e conselhos comunitários populares como canal institucionalizado junto ao poder público.

54. No espaço ocupacional, em uma perspectiva histórico-crítica, o assistente social, exercerá sua prática
- (A) orientada para uma individualização da proteção legal, entendida como assistência educativa adaptada aos problemas individuais que são descolados de um contexto mais amplo.
 - (B) na perspectiva de humanizar as condições de vida e de trabalho dos segmentos sociais considerados como a "clientela" do profissional com o desenvolvimento de um trabalho "educativo" que prime pela formação social, moral e intelectual da família, compreendida como célula básica da sociedade.
 - (C) a partir da individualização dos "casos sociais", partindo da compreensão de que os indivíduos são seres únicos e particulares, sendo que tais características devem ser entendidas restritamente ao âmbito subjetivo e internos à família.
 - (D) com base na hierarquização dos riscos enfrentados pela população, identificados segundo uma classificação dos graus de desajustamentos biopsicossociais e, assim, as medidas assistencialistas de intervenção atuam para minimizar e controlar as situações diagnosticadas.
 - (E) na luta pela defesa, afirmação e ampliação dos direitos de cidadania, para que necessidades e interesses dos sujeitos sociais possam ser reconhecidos, viabilizando o acesso aos direitos e aos meios de exercê-los.

55. *Maria já convivia desde pequena com a questão da drogadição, pois sua mãe, Sra. Joana naquela época fazia uso de substância psicoativa. Maria foi morar na rua aos 12 anos de idade. Atualmente está com 50 anos de idade, mãe de 5 filhos, trabalha esporadicamente como diarista na residência de uma família, é analfabeta, mora em uma ocupação com 4 filhos, de 5, 9, 15, 16 anos de idade. Os dois filhos menores estudam. Os filhos de 15 e 16 anos fazem uso de substância psicoativa e frequentaram a escola até o 4º ano do ensino fundamental. O filho de 18 anos saiu de casa e Maria não tem notícias deste filho.*

O assistente social, compreendendo a realidade social enfrentada por essa família, a partir do contexto, conclui que

- (A) há necessidade de intervenção estatal, pois esta deve acontecer somente nas situações em que houver a falha da família na proteção e cuidados.
 - (B) é necessário, para essa situação, adotar práticas disciplinadoras e normatizadoras da família, que reafirmem a dimensão normativa dos papéis sociais, dos comportamentos esperados para pai e mãe, que devem ser assumidos pela Sra. Maria.
 - (C) o Estado deve prover proteção social à família, apoiando-a no desempenho de sua função protetiva, sendo necessária, a oferta de serviços dirigidos a esta, como suporte e cuidados domiciliares que alcancem todos os membros.
 - (D) é imperioso tratar dessa família desenvolvendo ações que tenham como base o familismo, que reforça a família como a principal provedora de bem-estar, única responsável pela oferta da proteção social aos seus membros.
 - (E) propostas devem ser desenvolvidas para enfrentamento de determinados problemas considerados como desviantes e patológicos para que se faça um diagnóstico psicossocial e a devida responsabilização da mãe pela situação de desproteção social enfrentada por seus filhos.
56. O projeto de trabalho profissional, que indica a intervenção a ser desenvolvida pelo assistente social, deve
- (A) materializar o compromisso profissional com a emancipação da população e ter a possibilidade de conferir substância política com vistas à construção de uma nova ordem societária.
 - (B) ater-se a uma formulação técnica e precisa, sem se preocupar com o impacto sobre a realidade.
 - (C) ater-se ao papel definido na atual lei de regulamentação da profissão, reafirmando o seu caráter de mero agente executor de políticas sociais.
 - (D) refletir o compromisso com a população, expresso por meio do papel de controle e tutela, a ser exercido com as classes subalternas.
 - (E) ser capaz de produzir um conhecimento pragmático e descritivo sem fazer conexão com a sociedade, tendo como foco a responsabilização individual dos sujeitos e famílias sobre a situação apresentada.



57. A visita domiciliar como instrumento de atuação do assistente social tem por objetivo

- (A) preencher formulário detalhado que componha o banco de dados dos atendimentos efetuados, pois esse é o instrumento principal que possibilita realizar a pesquisa do público-alvo atendido, visando a direcionar o planejamento profissional para o alcance efetivo das demandas e necessidades apontadas.
- (B) monitorar o comportamento da família e realizar as orientações necessárias para que este não seja inadequado perante a sociedade, contribuindo, assim, para o rompimento do ciclo de exclusão vivenciado devido ao comportamento antissocial.
- (C) conhecer melhor a realidade, para que o profissional possa estabelecer, a partir da necessidade e demanda, as metas que a família deve cumprir, indicando inclusive o prazo.
- (D) aprofundar o conhecimento da realidade social da família, as condições em que vivem e apreender aspectos do cotidiano das suas relações, identificando a complexidade da rede de relações existentes na família e no território, as perspectivas de superação das situações apresentadas e de acesso a direitos.
- (E) identificar a renda familiar, a partir da análise das condições de vida, e a veracidade das informações quanto à situação de pobreza, inclusive aprimorando suas informações com fotos da residência que darão maior respaldo e provas, para que o profissional consiga os recursos adequados (financeiros, materiais e equipamentos) de intervenção.

58. Conforme Faria (2009), na avaliação de programas sociais, é característica da dimensão de

- (A) monitoramento, o desenvolvimento do exame e a análise de objetivos, impacto e resultados.
- (B) avaliação formativa, a identificação dos aspectos do programa que devem ser aprimorados.
- (C) avaliação formativa, a análise das relações entre processo, resultados e impacto, comparando diferentes programas.
- (D) avaliação somativa, a identificação do progresso com respeito ao plano de trabalho.
- (E) monitoramento, a realização de tomadas pontuais antes, durante e depois para avaliar o impacto.

59. As prerrogativas estabelecidas pelo atual Código de Ética do assistente social pressupõem

- (A) que a contribuição do Serviço Social incide no tratamento moral da “questão social” considerando o seu papel de legitimação das ações do Estado Capitalista, dando real sentido à essência deste, e, assim, despolitizando o processo de (re)produção do capital e trabalho no seu significado socioeconômico e ídeo-político.
- (B) que a atuação do profissional no contexto de transformações emergidas com o capitalismo tenha como referência o rompimento dos desajustes, explicitados na desintegração da família e da comunidade para quebrar esse círculo vicioso evitando, dessa forma, o desequilíbrio da ordem.
- (C) que o entendimento do profissional parta da compreensão das desigualdades sociais como uma consequência da diversidade natural, justificando a existência de diferentes classes sociais, e elaborando proposições profissionais que atuem na busca de um consenso da relação entre capital e trabalho, visando ao bem comum.
- (D) guiar a atuação profissional com base no neotomismo, respeitando os direitos naturais do homem, mantendo a atitude habitual de acordo com as leis e bons costumes da comunidade, recusando-se a exercer qualquer atitude que considere ilegal, injusta ou imoral.
- (E) a defesa do pluralismo na perspectiva ético-política referente às correntes profissionais democráticas que apoiam a liberdade e a democracia, o que descarta o compromisso com o autoritarismo, o conservadorismo e as propostas negadoras da liberdade.

60. A realização de estudo socioeconômico, definida na atual regulamentação da profissão, é de competência do assistente social. Para o desenvolvimento dessa ação, cabe ao profissional

- I. contemplar na sua elaboração, o conhecimento da situação em que o sujeito demandante está implicado e de sua condição de vida.
- II. considerar os processos sociais geradores da situação apresentada pelo demandante, o conjunto de relações e determinações sociais que possibilite um conhecimento mais amplo e uma interpretação crítica da respectiva situação.
- III. considerar alguns pontos fundamentais na elaboração desse estudo que são o diagnóstico e a solução a ser apresentada para os problemas sociais, como responsabilidade própria dos indivíduos, sujeitos desse processo, os quais receberão os auxílios públicos necessários, de forma temporária, após esgotadas todas as possibilidades de uso dos recursos dos próprios indivíduos e da rede informal de apoio.

Está correto o que se afirma em

- (A) I, apenas.
- (B) II, apenas.
- (C) III, apenas.
- (D) I e II, apenas.
- (E) I, II e III.



DISCURSIVA-REDAÇÃO

Atenção:

Conforme Edital do Concurso, Capítulo 9, itens:

"9.6. Será atribuída nota ZERO à Prova Discursiva-Redação que: a) fugir à modalidade de texto solicitada e/ou ao tema proposto; b) apresentar texto sob forma não articulada verbalmente (apenas com desenhos, números e palavras soltas ou em versos) ou qualquer fragmento de texto escrito fora do local apropriado; c) for assinada fora do local apropriado; d) apresentar qualquer sinal que, de alguma forma, possibilite a identificação do candidato; e) estiver em branco; f) apresentar letra ilegível e/ou incompreensível. 9.7. Na Prova Discursiva-Redação, a folha para rascunho no Caderno de Provas será de preenchimento facultativo. Em hipótese alguma o rascunho elaborado pelo candidato será considerado na correção pela Banca Examinadora. 9.8. Na Prova Discursiva-Redação deverão ser rigorosamente observados os limites mínimo de 20 (vinte) linhas e máximo de 30 (trinta) linhas, sob pena de perda de pontos a serem atribuídos à Redação. 9.9. A Prova Discursiva-Redação terá caráter eliminatório e classificatório e será avaliada na escala de 0 (zero) a 100 (cem) pontos, considerando-se habilitado o candidato que nela obtiver nota igual ou superior a 50 (cinquenta)."

Observação:

- NÃO é necessária a colocação de título na Prova Discursiva-Redação.

I

Grande parte da população abdica das mais diversas ocupações para ver televisão, considerando legítima sua inatividade como espectador.

II

Ver televisão hoje é um modo de se emocionar imediatamente numa sociedade que perdeu de vista o cuidado com sua própria sensibilidade, em função da avalanche de imagens que invade o cotidiano.

III

É possível que pensar na própria vida seja equivalente ao desejo de devassar a vida alheia através dos programas televisivos.

(Baseado em: TIBURI, Marcia, disponível em: <http://www.marciatiburi.com.br/artigos.htm>. Acesso em 15/11/15)

Considerando o que se afirma acima, redija um texto dissertativo-argumentativo justificando amplamente seu ponto de vista.

01	
02	
03	
04	
05	
06	
07	
08	
09	
10	
11	
12	
13	
14	
15	
16	
17	
18	
19	
20	
21	
22	
23	
24	
25	
26	
27	
28	
29	
30	